

EVENTOS

O 2º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO TRABALHO 2008

Ivanildo Dias Rodrigues¹

No período de 14 à 16 de abril de 2008, tive a oportunidade de participar com apresentação de trabalho e como ouvinte do 2º Simpósio Internacional Trabalho Relações de Trabalho Educação e Identidade, realizado no Auditório Prof. Neidson Rodrigues na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte (MG). Dentre as inúmeras intervenções destaco nesta resenha a valiosa contribuição de Mirelle Dadoy².

Minha participação neste evento foi muito importante para ampliar a compreensão acerca das mudanças

ocorridas no mundo do trabalho e também para estabelecer interlocução com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Normalmente, participamos de eventos onde predomina uma “leitura” do mundo do trabalho referenciada na obra de Karl Marx e outros intelectuais que tentam dar seqüência ao pensamento marxiano. Porém, no 2º Simpósio, as grandes contribuições, especialmente de Mirelle Dadoy, tem forte influência do pensamento de George Friedman³, para a explicação das noções de ofício, das funções, da qualificação da mão de obra e o salário.

Dadoy reportou-se ao período em que ser considerado como operário na folha de pagamento correspondia quase a posse de um diploma para o trabalhador.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade Ciências e Tecnologia/UNESP – Campus de Presidente Prudente. Pesquisa Financiada pela FAPESP. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) ivanildogeo@hotmail.com

² Mirelle Dadoy é pesquisadora da Universidade de Paris 1 – Sorbonne - França (FR). É uma socióloga não ligada diretamente a Sociologia da Educação, mas sim a Sociologia do Trabalho, por isso o peso de sua contribuição no 2º Simpósio que tratou do trabalho e educação juntos, por motivos de cada vez mais estes dois assuntos comparecerem como temas entrelaçados. Além disso, o público majoritário do evento era formado por estudantes de pós-graduação, professores e pesquisadores com estudos voltados ao trabalho e a educação.

³ Durante sua palestra Dadoy justifica na sua formação o peso significativo da tradição de George Friedman (1902-1977), por considerar que apesar deste autor não ter pertencido diretamente à classe trabalhadora, pelo contrário era filho de um grande banqueiro, ele sempre se interessou pelo trabalho numa tradição contrária ao Taylorismo. Segundo a mesma autora, ele se manteve sensível às questões voltadas ao trabalho, além de vivenciar quatro importantes marcas históricas para a compreensão dos ofícios e o papel do salário na França, sendo eles a Primeira Guerra Mundial, a Crise de (1929), a Segunda Guerra Mundial e o Plano Marshall.

Por isso, a noção de qualificação vem do campo do direito, entendendo o diploma e a profissão como um critério formal de diferenciação do trabalhador. Acrescentou ainda que o crescimento das grandes e mega-cidades aumenta a distância entre empregador e empregado. Este fator torna ainda mais importante o papel e o uso de critérios formais de empregabilidade (diploma, carta de referência, atestado de antecedentes etc.).

Durante a palestra, Dadoy afirma que a noção de ofício pode diferir de um país para outro, mas o termo tem origem no latim (séc. II a.C.) quando se elaborou uma Divisão do Trabalho, e alguns serviços passaram a ser executados por escravos – *minus* (ofício menor) com relação ao senhor. O termo ganha força na França por se tratar de um país muito marcado pela cultura latina.

Em seguida, a autora direcionou suas reflexões para o contexto da 2ª Guerra Mundial iniciada em 02/09/1939, mobilizando 1.000.000 de homens, focou especificamente a invasão da França pela Alemanha. Daí explicou: *“como ficaram poucos homens trabalhando em seus ofícios, estes passaram a poder exigir salários maiores, levando o governo francês a bloquear os salários.*

A Alemanha entrou na França pela Bélgica e segundo Dadoy, desrespeitando as regras e convenções, o que levou rapidamente a uma derrota da França. Após a dominação, toda empresa francesa

que se modernizava era imediatamente transferida para a Alemanha.

No pós-guerra o Plano Marshall “ajudou” recuperar as economias européias, e uma das estratégias foi a compra de novas máquinas (máquinas mais elaboradas), levando a redução do ofício (OS1 para OS2). De acordo com Dadoy, foi exatamente deste fenômeno que nasceu a questão da qualificação da mão de obra na França.

De acordo com a mesma autora, desde a Revolução Francesa se pensou que o progresso técnico era igual ao progresso social, no entanto a bomba atômica colocou em xeque este entendimento, em seguida destacou o fato do fascismo ter chegado ao poder graças às eleições, alertando a todos os presentes para a necessidade da sociedade ter formação suficiente para não levar o fascismo ao poder, mesmo sob promessas de melhorias sociais.

Segundo Dadoy, possuir uma vasta cultura não impede uma pessoa de se tornar ou votar em gângsteres, citando o exemplo de Silvio Berlusconi na Itália. Neste sentido, em tom de conselho ao Brasil, ao qual se referiu como um “país jovem”, em períodos eleitorais é preciso fazer as seguintes perguntas: O que o nosso país espera da nossa mão de obra? O que querem dos profissionais? Pois, o Estado muitas vezes tenta formar empregados para empregos que ele nem

sabe quais são, e às vezes tais empregos nem sequer existem. E afirma existir uma pergunta que hoje ninguém consegue responder com segurança: Como

aconselhar um (a) jovem que está se preparando para entrar no mercado do trabalho? Sabe-se que precisaremos de médicos e enfermeiras. Mas, quantos?



Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Pedro Ramos...[et al]. Brasília:

MDA, 2007. 360p. (Nead Estudos, 15).

Organizada por Pedro Ramos, do Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental do Instituto de Economia da Unicamp, *Dimensões do agronegócio Brasileiro: Políticas, Instituições e Perspectivas*, esta publicação traz os resultados das atividades de pesquisa e reflexão dos mais variados temas do debate contemporâneo do espaço rural.

Estruturada em duas partes a obra percorre temas que versam sobre as políticas agrícolas, políticas fundiárias e agroindustriais, além de abordagens sobre as biotecnologias, a questão ambiental, segurança alimentar, a distribuição de renda e de riqueza, entre outros.

A primeira parte, *Agropecuária e Agroindústria: referências analíticas e necessidade de regulamentação*, busca dar conta de

aspectos teóricos e analíticos que envolvem a agropecuária, a intervenção do Estado na agricultura por meio de políticas públicas, as especificidades da agricultura a partir de uma análise institucionalista, a questão da propriedade e posse da terra, a conceituação de agroindústria, hoje.

A segunda parte, *Situação atual, Políticas Públicas recentes e Perspectivas*, é dedicada a abordagens mais recentes sobre o agronegócio brasileiro e suas perspectivas. Traz um conjunto de análises e de indicadores do agronegócio, particularmente aspectos e indicadores da questão fundiária e distribuição de renda, de políticas agroambientais e biotecnologia.

A obra sinaliza em sua extensão para a participação dos atores sócias envolvidos nos processos de fortalecimento e ampliação de “políticas públicas voltadas para a promoção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável”, em que se busque a “transformação do meio rural num espaço ainda mais produtivo”.



Terra, Poder e Território. Roberto José Moreira. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 360p.

Terra, poder e território, de Roberto José Moreira, apresenta uma coletânea de 10 textos divididos em duas partes, em que o autor tem por objetivo explicar as raízes da cultura agrária nacional, seus domínios sobre as pessoas e os ecossistemas brasileiros.

O autor propõe uma ressignificação do conceito clássico da terra agrícola, ampliando este conceito para o de cultura agrária, indicando assimetrias do poder do domínio privado do território brasileiro. Nesse sentido, sua interpretação atribui sentidos ao processo de

mercantilização das terras e da cultura brasileiras. O autor também dá ênfase à influência das dinâmicas capitalistas na constituição de um sentimento de pertencimento do brasileiro à sua terra, resultando na existência de um poder que identifica os brasileiros entre si, criando uma identidade brasileira.

O autor considera a fundação da cultura agrária sob uma perspectiva histórica na qual se estabelecem marcos cronológicos dos domínios do mercantilismo escravista colonial português, que atingem períodos mais recentes, como o da Constituição de 1988. A hipótese do autor é que a raiz autoritária da cultura agrária vem moldando instituições e pessoas desde os tempos coloniais até a atualidade.